

**MÔNICA DO NASCIMENTO**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO  
IDOSA E DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA NAS CONTAS  
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**CURITIBA**

**2007**

**MÔNICA DO NASCIMENTO**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA E DO  
AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA NAS CONTAS DA PREVIDÊNCIA  
SOCIAL.**

**Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Economia no Curso de Ciências Econômicas,  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Luiz Vamberto Santana**

## TERMO DE APROVAÇÃO

MONICA DO NASCIMENTO

AS CONSEQUÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA E DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA NAS CONTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos seguintes professores:


Orientador:



Prof. Adilson Antônio Volpi.  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR



Prof. Luiz Vamberto de Santana  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR



Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, 23 de novembro de 2007.

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	3
2.1 DIVISÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO.....	3
2.2 O QUE É PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	4
2.3 SITUAÇÃO ATUAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	5
2.3.1 Distribuição de Benefícios da Previdência Social.....	10
3 O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA.....	12
3.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO.....	12
3.1.1 Aumento da População com Idade Superior a 60 Anos no Brasil.....	12
3.2 O CRESCIMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA BRASILEIRA.....	13
3.2.1 A maior preocupação com o sedentarismo.....	15
3.2.2 A tecnologia em prol da idade e melhor qualidade de vida.....	15
3.2.3 Taxas de mortalidade e de natalidade.....	15
3.3 A PREOCUPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO COM A TERCEIRA IDADE.....	16
3.4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA POR REGIÕES BRASILEIRAS.....	17
4 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OS IDOSOS.....	19
4.1 A DEPENDÊNCIA DAS PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	21
4.1.1 Principais Fontes de Renda dos Idosos.....	21
4.1.2 A Volta da População com mais de 60 anos ao Mercado de Trabalho.....	23
4.2 EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EFETUADOS AS PESSOAS IDOSAS.....	24
4.2.1 Pagamentos totais aproximados da Previdência.....	24
4.2.2 Gastos da Previdência com Idosos.....	25
4.2.2.1 Origem dos Déficits.....	25
5 CAPITALIZAÇÃO DE RECURSOS.....	27
5.1 Reformas Previdenciárias mais recentes.....	27
5.1.1 O Fator Previdenciário.....	28
5.2 OUTROS MODELOS PREVIDENCIÁRIOS.....	29

<b>5.3 FORMAS DE INCENTIVOS A CONTRIBUIÇÃO</b> .....	30
5.3.1 Mercado de Trabalho .....	30
5.3.2 Direcionamento dos Recursos Previdenciários .....	32
5.3.3 Fatores Estruturais e Legais.....	32
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>ANEXOS</b> .....	41

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO - 2000-2006.....	6
TABELA 2 – DÉFICITS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 1997-2005 EM BILHÕES.....	9
TABELA 3 - GASTO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - COMPOSIÇÃO (%).....	9
TABELA 4 – EXPECTATIVA DE VIDA POR SEXO – BRASIL .....	14
TABELA 5 – NÚMERO ÍNDICE DE BASE FIXA DOS ÍNDICES DE IDOSOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS – 1950-2050 (NORTE, 1950 = 100).....	18
Tabela 6 – PROTEÇÃO SOCIAL ENTRE OS IDOSOS COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE – 2004.....	20
TABELA 7 – GASTOS EM CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO IDOSO, BRASIL, 2003.....	20
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CONTRIBUINTE/BENEFICIÁRIO.....	24
TABELA 9 - RESULTADOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA 2007.....	25

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO RECENTE DOS DÉFICITS DO RGPS (EM % DO PIB).....	6
FIGURA 2 - PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 60 ANOS DE 2000 A 2020 NO BRASIL.....	13
FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE E NATALIDADE NO BRASIL.....	16
FIGURA 4 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA HOMENS IDOSOS.....	22
FIGURA 5 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA MULHERES IDOSAS.....	22
FIGURA 6 - DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (EM % DO PIB).....	2.6
FIGURA 7 - PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA NA POPULAÇÃO OCUPADA (MÉDIA ANUAL).....	31
FIGURA 8 - CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL E DO PIB (1999-2005).....	31

## LISTA DE SIGLAS

CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
Fiesp -	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS -	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS -	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO -	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MPAS -	Ministério da Previdência e Assistência Social
PEA -	População economicamente ativa
PIB -	Produto Interno Bruto
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OMS -	Organização Mundial da Saúde
RGPS -	Regime Geral da Previdência Social
RPPS -	Regime Próprio de Previdência dos Servidores



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a situação da Previdência Social do Brasil e investigar as transformações da estrutura etária da população brasileira, cujo aumento da população idosa é o fato mais relevante, buscando identificar possível influência do processo de envelhecimento, do aumento da expectativa de vida e de sobrevida da população brasileira nos sucessivos déficits previdenciários.

Far-se-á uma análise dos dados da Previdência Social confrontando-os com a distribuição dos benefícios, por ela pagos, com a distribuição da população nos diversos tipos de grupos de beneficiários das mesmas para verificar em quais a população com mais de 60 anos se enquadra, para que se possa ver qual proporção dos benefícios que este grupo recebe da Previdência Social.

Estão presentes neste trabalho, projeções para as próximas décadas do envelhecimento da população brasileira, bem como, dados que demonstram o crescimento da expectativa de vida dos brasileiros. Verificar-se-á, por conseguinte que existe um grau de dependência das pessoas com 60 anos ou mais para com os benefícios previdenciários.

O acompanhamento do sistema previdenciário nacional nos últimos anos demonstra que, em todos os anos os déficits da mesma tendem a aumentar.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema Previdência Social, no Brasil, sobretudo nos últimos anos, tem sido amplamente discutido. Isso devido principalmente aos sucessivos déficits apresentados pela mesma a partir do ano de 1994. É um assunto polêmico, várias são as opiniões sobre o que fazer e como deveria ocorrer uma possível reforma. Mas ao se tratar do tema a primeira coisa em que muitos autores e estudiosos sobre o assunto pensam é em Reforma Previdenciária. No entanto, existem ainda algumas linhas de estudiosos que afirmam que o sistema previdenciário brasileiro não é deficitário.

A Previdência Social, com seus princípios básicos de proteção já existe há muito tempo, no Brasil ela existe há algumas décadas. Em seu início, em 1923, era superavitária, mas com as mudanças ocorridas nas legislações, destacando-se aqui a concessão do benefício previdenciário aquele que nunca fez o devido recolhimento, com as reformas previdenciárias, as mudanças no perfil do mercado de trabalho brasileiro e a mudança de estrutura da população tanto em termos etários quanto em localização geográfica, faz com que ocorram mudanças contínuas na mesma. Há previsão de aumentos nos déficits. Há uma preocupação contínua e crescente da viabilidade do sistema previdenciário brasileiro para as próximas décadas.

Também se sabe, e esta é uma conclusão praticamente unânime, que a população brasileira está mudando de estrutura. Devido a diversos fatores, está se tornando uma população com um crescente aumento do número de idosos, pessoas com 60 anos ou mais e que por sua vez se tornam cada vez mais dependentes de benefícios do governo. Algumas dessas pessoas contribuíram com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), mas muitas não o fizeram e mesmo assim recebem os benefícios. No sistema brasileiro de repartição simples não existe tantos problemas enquanto o número de contribuintes for superior ao de beneficiários, mas está ocorrendo exatamente o contrário.

Esta monografia, não tem a finalidade de demonstrar as evoluções ocorridas na Previdência social nem seus fatos históricos. Aqui se identifica como mais importante relatar os resultados previdenciários, basicamente os que ocorreram nas

ultimas duas décadas, dando maior ênfase ao INSS, que é onde se concentram o maior número de beneficiários da faixa etária a ser analisada, bem como o que está acontecendo e o que pode acontecer com a estrutura da população brasileira.

O que se tentará apresentar nesta monografia é: demonstrar a situação da Previdência Social do Brasil, investigar as transformações ocorridas na estrutura etária da população e, por fim, identificar possível influência do processo de envelhecimento, do aumento da expectativa de vida e de sobrevivência da população brasileira nos sucessivos déficits previdenciários.

Para tanto serão realizadas pesquisas, sobretudo bibliográficas em textos recentes de discussão e publicações e dados numéricos, que possam conduzir a uma resposta ao problema apresentado.

A monografia a ser apresentada está distribuída da seguinte forma:

O capítulo 2 apresenta uma revisão da literatura, no qual estarão presentes opiniões de alguns autores e estudiosos sobre o assunto. Através deste capítulo apresentar-se-á dados previdenciários e o que estudiosos que possuem publicações, nas mais variadas formas, acreditam estar acontecendo e quais os possíveis caminhos para se resolver um possível aumento de déficit na Previdência

O tema crescimento da população idosa brasileira será apresentado no capítulo 3, onde encontram-se dados sobre a população com 60 anos ou mais. As principais finalidades deste capítulo serão a de demonstrar através de pesquisas de dados a confirmação ou não do crescimento da população idosos e suas perspectivas futuras, que são formuladas através da análise de fatores como a expectativa de vida ao nascer e a sobrevivência dos idosos e também analisar o quão os idosos brasileiros são dependentes do INSS.

O objetivo do capítulo 4 é demonstrar a evolução dos pagamentos da Previdência Social e como é feita a distribuição destes pagamentos na sociedade.

No capítulo 5, será elaborado um histórico sobre a capitalização de recursos, bem como a apresentação de outros modelos de capitalização de recursos e possíveis maneiras de se incentivar a contribuição por parte da população.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

No presente capítulo, serão apresentados diferentes posicionamentos e tendências sobre o assunto, os quais serão utilizados e onde se sustentará a presente monografia. Apresentar-se-á os pontos mais importantes ressaltados por autores abordados e também serão apresentados os pontos em comum e as visões distintas.

Para a elaboração da mesma serão utilizadas, como fontes bibliográficas básicas: Reinhold Steffhanes, “Reforma da Previdência sem Segredos”, Celso Barroso de Leite, “ Um século de Previdência Social” e Fábio Giambiagi, “A Previdência Social”.

Serão utilizadas outras séries de informações retiradas de sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Previdência e Assistência Social, sites de Universidades além de publicações diversas, uma vez que por se tratar de um assunto cujas opiniões se dividem, o maior número de informações deve ser coletada com a finalidade de se obter pontos de consenso. Também serão utilizados textos específicos, cuja finalidade será a de apontar possíveis caminhos de solução do problema no qual se encontra a previdência.

### 2.1 DIVISÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

O sistema de Previdência brasileiro se sustenta em um tripé, composto pelos seguintes segmentos: o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o sistema de aposentadorias e pensões dos servidores públicos e a Previdência Privada. Os três sistemas são regidos e administrados de formas diferentes e suas arrecadações não ocorrem da mesma forma.

O INSS, Previdência Social, é um sistema obrigatório a todos os trabalhadores e empregadores e a iniciativa privada urbana ou rural, sendo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Normalmente os fundos com objetivo de redistribuição de renda estão na esfera do INSS.

Os funcionários públicos, das três esferas de governo, fazem parte do Regime Próprio da Previdência, onde cabe aos respectivos níveis de governo criar e administrar seus fundos.

O sistema de Previdência Privada ou complementar é facultativo, pode ser adquirido por qualquer indivíduo, seja aquele que já contribui com o INSS (aposentadoria complementar) ou para quem não contribui (autônomos, Jovens, desempregados e outros trabalhadores que atuam na informalidade).

## 2.2 O QUE É PREVIDÊNCIA SOCIAL

Segundo OLIVEIRA (1986), Previdência Social pode ser definida como sendo um sistema no qual os indivíduos que estão em situação ativa em suas respectivas atividades asseguram aos que não estão uma razoável reposição de ganhos. Em outras palavras, os indivíduos que estão contribuindo mantêm os que são assegurados pela Previdência.

O surgimento da Previdência na forma mais parecida com a que temos hoje, data de aproximadamente 1883, na Alemanha.

Na conceituação de LEITE (1986), a Previdência Social é um sistema de seguro social completado por programas assistenciais e tem o mesmo significado de proteção social.

O que se observa, porém é que embora opiniões se dividam sobre os rumos da previdência como um todo e do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), há quase que um consenso entre os mais variados autores desde início da década de 1980, mesmo antes das reformas de 1988 e a de 1998, que a população idosa está crescendo a taxas elevadas, que o perfil da população brasileira tem sofrido mudanças significativas e que a previdência social brasileira enfrenta dificuldades para se sustentar e tende a piorar sua situação se continuar a atuar tal como funciona hoje e isso gera a necessidade de uma reformulação muito mais profunda na Previdência que as ocorridas até aqui.

### 2.3 SITUAÇÃO ATUAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O sistema de Previdência Social brasileiro entrou em vigor somente a partir de 1923, com a Lei Eloy Chaves, cuja finalidade era a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os trabalhadores ferroviários, começou a atuar efetivamente no país (LEITE, 1986).

O modelo de Previdência atual baseia-se no modelo de repartição simples, no qual se pressupõe um “equilíbrio coletivo”, onde trabalhadores ativos contribuem para cobrir os gastos dos benefícios dos inativos. O grande problema, no entanto, é que a quantidade de beneficiários está crescendo e a expectativa de contribuições diminuindo. Vale ressaltar que, além dos gastos com aposentadorias em suas diversas formas e com pensões, a Previdência social administra um dos maiores programas de redistribuição de renda (renda mínima) do mundo, programa este que não possui contrapartida, ou seja, trabalhadores que não contribuíram são os que recebem estes benefícios. Os servidores públicos, que se aposentaram, até a constituição de 1988, contribuíam da mesma forma que os trabalhadores do setor privado. A partir da nova constituição criou-se o Regime único para os servidores públicos e estes não contribuíam para a Previdência Social para as suas aposentadorias, logo, maior parte de seus benefícios eram feitos através da contribuição de demais trabalhadores da sociedade. Somente a partir de 1993, estes começaram a contribuir com a Previdência Social, no entanto, essas contribuições não tinham vínculos com os benefícios recebidos (MAGALHÃES, p.18, 2000)

Desde seu surgimento em 1923 até os dias de hoje, muitas foram as mudanças ocorridas no sistema previdenciário nacional. Este sistema passou por algumas reformas, que, no entanto não foram e não estão sendo capazes de manter a esperança de que com esse mesmo sistema de repartição simples a Previdência Social possa sobreviver a mais algumas décadas.

A tabela 1, elaborada pelo Ministério do Planejamento demonstra bem a situação dos resultados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que é o regime do INSS. Com relação ao Regime geral da Previdência os déficits simplesmente aumentam continuamente, quanto mais é arrecadado mais benefícios acabam sendo pagos. Quanto ao Resultado do Regime Próprio da Previdência (RPP), o regime dos servidores públicos, os déficits são ainda maiores. No ano de

2006, por exemplo, a receita foi 4,18 vezes menor que os pagamentos feitos aos inativos, o que constitui uma proporção muito elevada.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO EM BILHÕES - 2000-2006

Discriminação	Realizado						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>I. Resultado RGP</b>	<b>(8.562,3)</b>	<b>(11.153,8)</b>	<b>(15.255,2)</b>	<b>(24.547,9)</b>	<b>(31.985,4)</b>	<b>(37.576,0)</b>	<b>(42.065,1)</b>
I.1. Arrecadação Líquida INSS	56.154,3	62.983,5	71.591,6	80.730,1	93.765,4	108.434,1	123.520,2
I.2. Benefícios Previdenciários	64.716,6	74.137,3	86.846,7	105.278,0	125.750,8	146.010,1	165.585,3
<b>II. Resultado RPP</b>	<b>(22.3480)</b>	<b>(25.835,3)</b>	<b>(28.473,5)</b>	<b>(30.571,8)</b>	<b>(31.685,4)</b>	<b>(31.541,6)</b>	<b>(36.119,6)</b>
II.1. Receita (2)	3.515,7	4.124,6	5.364,2	5.281,0	7.922,5	11.469,0	11.362,8
II.2. Pagamento de Inativos	25.863,7	29.960,	33.837,7	35.852,8	39.608,0	43.010,6	47.482,4

Fonte: Ministério do Planejamento

Nota: (1) Desconsidera o valor de RMV.

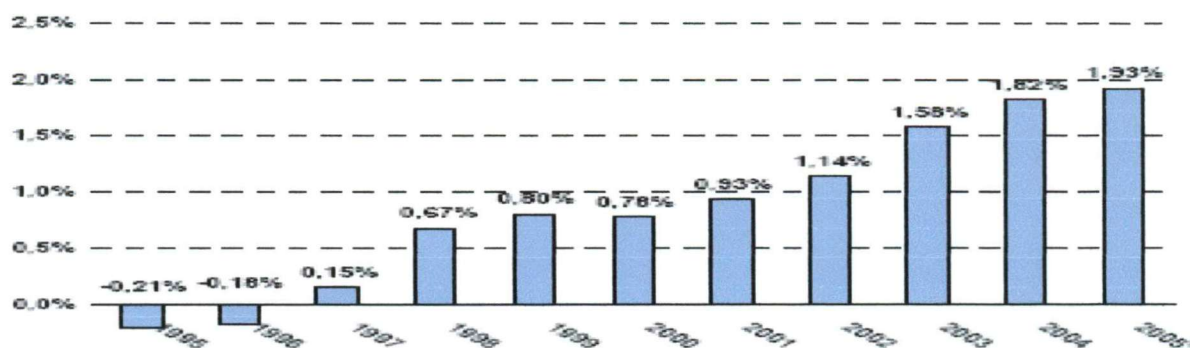
(2) Inclusive Contribuição Patronal para o plano de Seguridade Social do Servidor Público.

Realizado: RGPS - critério caixa; Regime Próprio - critério competência. Fonte:

SIDOR/SIAFI/Fluxo de Caixa do INSS.

Em termos de PIB, também fica muito evidente a evolução dos déficits. Em 1995 o déficit em proporção ao PIB possuía uma relação negativa de 0,21%, já no ano de 2005 o déficit previdenciário alcançou a proporção de 1,93% do PIB brasileiro conforme ilustrado pela figura 1.

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO RECENTE DOS DÉFICITS DO RGPS (EM % DO PIB)



Fonte: Ministério do Planejamento

Em 1960, a relação existente era de 7,89 contribuintes para cada beneficiário. Em 2002, esse quociente caiu para 1,23 (MPAS, 2003). O fator mais relevante para a sustentabilidade de um regime previdenciário de repartição simples é uma estrutura demográfica com altas taxas de crescimento da população. No entanto, o crescimento populacional brasileiro está diminuindo enquanto que a expectativa de vida e sobrevida está aumentando continuamente, fazendo com que a relação contribuintes/beneficiários diminua.

Demonstra-se imprescindível uma mudança no sistema previdenciário brasileiro em longo prazo, caso a tendência de relação entre contribuintes/beneficiários seja de diminuir ainda mais, podendo até se tornar uma relação negativa é necessário deste já se começar a reestruturar a Previdência Social com a finalidade de uma maior capitação de recursos para que os trabalhadores que contribuem atualmente não fiquem desamparados quando do momento se terem suas coberturas. Segundo DELGADO (2007, p. 17), "... em longo prazo, um ciclo de expansão (recuperação) necessário e vigoroso deve ocorrer na Previdência Social".

GIAMBIAGI e CASTRO (2003, p. 284), vêem o futuro da Previdência Social brasileira de forma problemática. Acreditam que sem uma reforma em prazo não muito longo a tendência de crescentes déficits não vai cessar. O crescimento da população idosa pode influenciar em um aumento nos gastos do INSS. O atrelamento das aposentadorias e pensões ao salário mínimo, uma vez que este tem sofrido aumentos reais, nos últimos anos, tem sido um grande vilão para os déficits previdenciários.

Segundo GIAMBIAGI e ESTERMÍNIO (2006, p.145), as políticas adotadas na condução do sistema previdenciário, tanto no âmbito das aposentadorias e pensões quanto na esfera de dispêndios assistenciais, ao invés de melhorar a situação do Brasil, faz com que a mesma permaneça estagnada. Os autores adotam uma posição de certa forma "radical": para eles as aposentadorias por idade são precoces e estimulam a ociosidade no país. Inclui-se neste contexto o fato das mulheres se aposentarem 5 anos antes dos homens.

Segundo GIAMBIAGI, ESTERMÍNIO (2006, p 155), tanto a reforma previdenciária do Governo Fernando Henrique quanto a do governo Lula não foram suficientes para resolver o problema previdenciário no Brasil, apresentando várias



falhas. Para eles os grandes problemas residem nas questões de diferença de idade de aposentadorias entre homens e mulheres, o incentivo a permanência das pessoas no mercado de trabalho e a existência de aposentadorias especiais para alguns poucos grupos de privilegiados.

Para GIAMBIAGI, ESTERMÍNIO (2006, p. 136), existem no sistema previdenciário três fatores que colaboram de forma decisiva para que o sistema não encontre um equilíbrio:

As causas do agravamento do desequilíbrio previdenciário relacionam-se a cinco problemas. Primeiro, a existência de regras gerais benevolentes, que propiciam aposentadorias precoces para a classe média. Segundo, regras específicas que pioram ainda mais a situação, como as que permitem aposentadorias particularmente precoces para os habitantes do meio rural. Terceiro, as regras para as mulheres, especificamente generosas. Quarto, a escassa exigência contributiva para quem se aposenta por idade. E quinto, os expressivos aumentos reais das aposentadorias de menor valor.

É preciso muito cuidado ao se tratar de reforma previdenciária, pois num país desigual como o Brasil ela pode ser acompanhada por um aumento da desigualdade, possibilidade que já era visionado por Celso Barroso de Leite em sua obra "Um Século de Previdência Social" (1983). Segundo LEITE (1983, p.35), "... a previdência social tornou-se hoje um elemento vital para o equilíbrio socioeconômico, ou seja, algo de essencial tanto a ordem econômica quanto ao funcionamento da sociedade e à própria existência de ambas".

Para STEPHANES (1998), a reestruturação da Previdência tem que começar pelo INSS. Segundo ele, a Previdência Social era beneficiada pela inflação; uma vez ocorrida a estabilização as despesas começaram a aumentar, outro ponto é o do valor das aposentadorias que cresceu cerca de 60% e o número de novas aposentadorias que vêm aumentando consideravelmente.

A partir da Constituição de 1988, mais pessoas começaram a receber aposentadorias e pensões, haja visto que a partir dela os trabalhadores rurais passaram a ter equiparação salarial com relação aos benefícios urbanos.

A tabela 2 dá uma noção da situação em que se encontra o sistema previdenciário brasileiro. A cada ano existe uma tendência de aumento dos benefícios concedidos, que por sua vez, são maiores que o aumento das contribuições e uma tendência a maiores déficits.

TABELA 2 – DÉFICITS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 1997-2005 (R\$ BILHÕES)

ANO	DÉFICITS DA RELAÇÃO CONTRIBUINTE/BENEFICIÁRIO
1997	(3,2)
1998	(7,1)
1999	(9,5)
2000	(10,0)
2001	(12,8)
2002	(22,5)
2003	(30,1)
2004	(34,3)
2005	(38,2)

Fonte: O Livro Negro da Previdência, 2006.

Nota: Elaboração própria

O que podemos observar é que a Previdência Social que teve suas primeiras versões no Brasil entre 1923 e 1926, em seu início era superavitária, mas com as mudanças ocorridas nas legislações, com as reformas previdenciárias, as mudanças no mercado de trabalho brasileiro e a mudança de estrutura da população tanto em termos etários quanto em localização geográfica, fizeram com que ocorressem mudanças contínuas na mesma e prevê-se um aumento ainda maior nos déficits no futuro.

Os gastos do governo, de certa forma têm sido controlados. Há uma tentativa de se cortar gastos em todos os setores governamentais, no entanto o grande problema está na Previdência Social. Conforme se pode ver na tabela 3, o único gasto que não se conseguiu diminuir foi o do INSS e ao contrário, este aumentou em praticamente 10% no período 1991 - 2006.

TABELA 3 - GASTO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - COMPOSIÇÃO (%)

	1991	2006
Transf. Estados e municípios	19,3	18,7
Pessoal	27,7	20,9
<b>INSS</b>	<b>24,5</b>	<b>34,1</b>
Outros	28,5	26,3
Total	100,0	100,00

Fonte: Sistema Tributário Nacional

Nota: Tabela extraída do texto: "Reforma Previdenciária no Brasil: elevado investimento de capital político, escassos resultados e desafios não resolvidos".

Os temas que discutem a Previdência Social (INSS e o Regime dos funcionários públicos) têm sido tratados constantemente e seus sucessivos déficits são um grande problema em busca de solução, que até agora nenhuma reforma foi capaz de sanar.

### 2.3.1 Distribuição de Benefícios da Previdência Social

Além dos gastos com pensões e aposentadorias a Previdência Social é responsável por beneficiar outras pessoas conforme a necessidade específica de cada uma.

As divisões e subdivisões são classificadas da seguinte forma:

1- Benefícios previdenciários:

- a) Aposentadorias por idade, invalidez ou tempo de contribuição;
- b) Pensão por morte;
- c) Auxílio doença;
- d) Salário maternidade e;
- e) Outros.

2- Acidentários:

- a) Aposentadorias;
- b) Pensão por morte;
- c) Auxílio doença;
- d) Auxílio acidente e;
- e) Auxílio suplementar.

3- Assistenciais:

- a) Amparos assistenciais: idosos e portadores de deficiência;
- b) Pensões mensais vitalícias e;
- c) Rendas mensais vitalícias: idade e invalidez.

Nota-se que nesta gama de benefícios pagos pela previdência, embora o idoso possa estar inserido na maioria dos programas, apenas três são diretamente direcionados para o idoso: as aposentadorias por idade, os amparos assistenciais aos idosos e as Rendas mensais vitalícias por idade. Diante disso, a princípio percebe-se que apenas uma pequena parcela de gastos são destinados as pessoas com 60 anos ou mais.

Esta divisão fica bem explicada na tabela em anexo na p.43, ela demonstra os estoques de benefícios emitidos pelo INSS de 1995 até o acumulado de setembro de 2000. Nela vê-se que apenas uma parcela, que em termos gerais não é tão elevada, dos benefícios cedidos são pagos a idosos.

### **3 O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA**

No presente capítulo, será abordado o crescimento da população idosa no Brasil nas últimas décadas, bem como suas tendências para os próximos anos. No mesmo capítulo serão apresentadas razões pelas quais, a população com idade superior a 60 anos está crescendo em taxas tão elevadas e o que tem possibilitado o crescimento da expectativa de vida e sobre-vida dessa população. Também será levado em consideração no presente estudo as políticas públicas que estão sendo realizadas com finalidade de se adaptar a nova realidade brasileira e assim atender as necessidades dos idosos. Também verificar-se-á o grau de dependência dos idosos para com a Previdência.

#### **3.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO**

A estrutura etária do Brasil vem passando por mudanças consideráveis nos últimos anos. Está ocorrendo um constante aumento da população com idade superior a 60 anos, a chamada população idosa ou de terceira idade. Para este trabalho considerou-se como sendo a população idosa, pessoas com mais de 60 anos, segundo a linha de corte estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

##### **3.1.1 Aumento da População com Idade Superior a 60 Anos no Brasil**

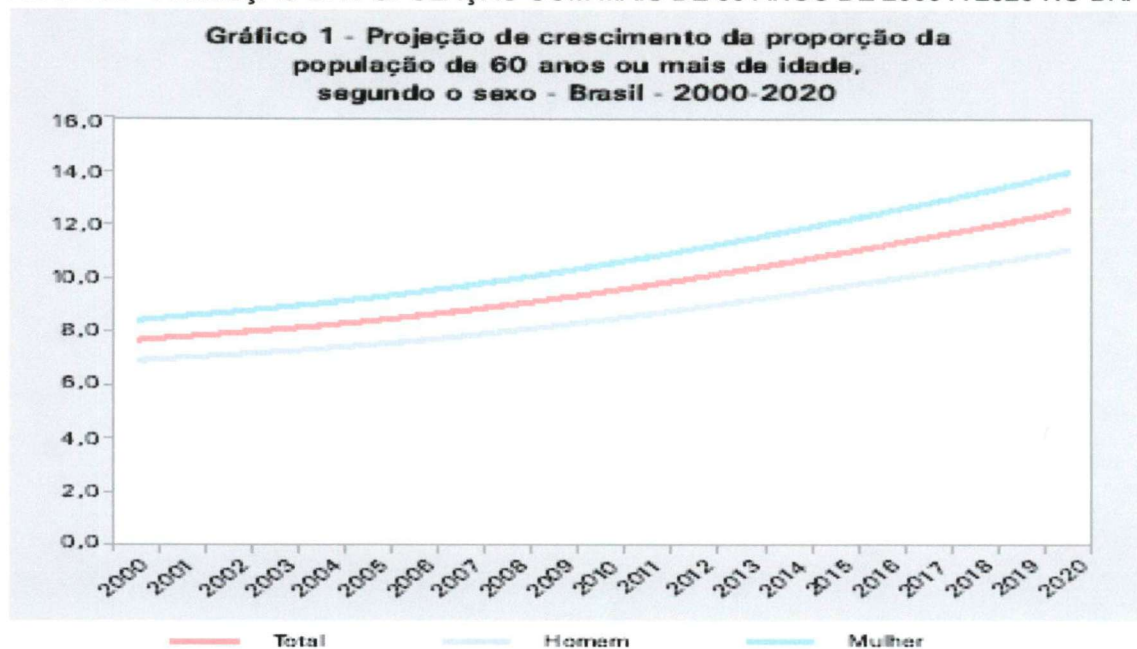
O Brasil, que há pouco tempo era considerado um país jovem, vê sua população envelhecer, isso devido a fatores como a queda da taxa de fecundidade e a queda da taxa de mortalidade que fazem com que a proporção entre pessoas mais velhas e pessoas mais jovens venha se invertendo pouco a pouco.

Estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos censos de 1991 e 2000 que mostra a população residente com mais de 60 anos, a população idosa cresceu de aproximadamente 10.722.705 pessoas

em 1991 para aproximadamente 14.536.029 pessoas em 2000, isto equivale a um crescimento de mais de 30% da população idosa em apenas 9 anos.

A figura 2 mostra uma projeção de crescimento da população de 60 anos ou mais de idade de 2000 a 2020. Apresenta um dado curioso, o fato de que o crescimento da população feminina era e será sempre superior a média de crescimento da população total nos 20 anos do período.

FIGURA 2 - PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 60 ANOS DE 2000 A 2020 NO BRASIL



Fonte: IBGE, Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil.

Segundo a OMS, em relatório publicado pelo Ministério da Saúde, a população idosa no Brasil tem uma perspectiva de entre 1950 e 2025 crescer aproximadamente 16 vezes, enquanto que a população total tende a crescer apenas 5 vezes, tornando o Brasil o país com a 6ª população idosa do mundo.

### 3.2 O CRESCIMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA BRASILEIRA

Segundo MOREIRA (2002, p. 03), o que se acredita popularmente é que a redução da mortalidade gera o processo de envelhecimento, no entanto, esse fato gera um processo de rejuvenescimento, é muito mais relevante para se explicar o aumento da população com 60 anos ou mais o fator mais evidente é a queda de

fecundidade. MOREIRA (2002, p. 03); “Para que a queda da fecundidade se traduza em um envelhecimento é necessário que a taxa de crescimento da população jovem torne-se inferior à taxa de crescimento da população total (envelhecimento pela base)”. Em outras palavras, quando a taxa de mortalidade cai a população jovem é que tende a aumentar, somente com a queda na taxa de nascimentos (fecundidade) a população tende a sofrer um processo de envelhecimento.

A expectativa de vida dos brasileiros tem aumentado significativamente, assim como a expectativa de sobre vida da população idosa, principalmente a expectativa de vida das mulheres, que é em média 7 anos superior a do homem e a sobre vida das mulheres idosas que é superior a do homem em aproximadamente 2 anos, a tabela 4 dá uma idéia de como isso ocorre.

TABELA 4 – EXPECTATIVA DE VIDA POR SEXO – BRASIL (1980-85 A 2020-25)

Período	sexo	Expectativa de Vida		
		0 anos	60 anos	70 anos
1980-85	Homem	61,0	17,7	11,4
	Mulher	66,0	18,9	12,2
1990-95	Homem	64,7	18,2	11,7
	Mulher	70,4	20,3	13,2
2020-25	Homem	69,0	18,7	12,1
	Mulher	75,3	21,8	14,3

Fonte: Renato p. Voras, Relatório do I congresso Rede Ida/ Brasil

Nota: Figura extraída do site do Ministério da Saúde

A tabela acima revela, em termos de expectativa de vida ao nascer, que a população brasileira em geral tende a ganhar aproximadamente 8,6 anos em sua expectativa de vida até 2025. A expectativa de sobre vida da população idosa também tem aumentado e deve aumentar ainda mais, no entanto, não se observa um ganho na mesma proporção. Em ambos os casos as mulheres alcançam uma idade superior a dos homens.

Várias são as explicações que podem justificar a diferença entre a expectativa de vida e sobre vida entre mulheres e homens, no entanto este não é o foco deste estudo.

### 3.2.1 A maior preocupação com o sedentarismo

É possível observar no dia a dia o interesse cada vez maior das pessoas, de todas as idades, nas atividades físicas e esportivas, com a finalidade de melhora na saúde física e mental. Com as pessoas mais velhas isso não é diferente, além das práticas de atividades físicas, essas pessoas estão cada vez mais inseridas nas práticas de atividades de lazer.

Também observa-se que há uma quantidade cada vez maior de pessoas da terceira idade voltando ao mercado de trabalho, em atividades que não exigem muito dos mesmos.

### 3.2.2 A tecnologia em prol da idade e melhor qualidade de vida

A tecnologia e a medicina vêm permitindo cada vez mais uma melhora na expectativa e na qualidade de vida das pessoas. A descoberta para cura de algumas doenças, vacinas mais eficazes e o melhor tratamento de doenças que não têm cura, aliados a uma preocupação crescente com a melhora nas condições de vida como a prática contínua de esportes, alimentação mais saudável e cuidados com a mente, fazem com que a expectativa de vida da população cresça em praticamente todo o mundo. No Brasil não é diferente, essa expectativa vem crescendo consideravelmente, mais em umas regiões que em outras.

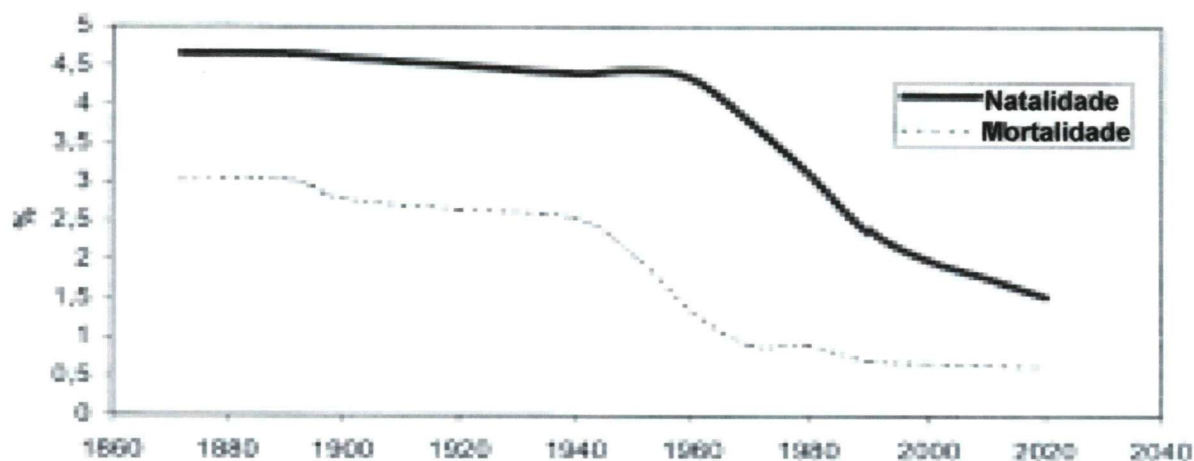
### 3.2.3 Taxas de mortalidade e de natalidade

As taxas de natalidade e mortalidade, no Brasil vêm sofrendo mudanças positivas. Conforme pode-se ver na figura a seguir, as linhas de evolução das taxas de natalidade e mortalidade, possuem praticamente as mesmas características, caindo de níveis mais altos para níveis mais baixos, uma taxa, por motivos óbvios, normalmente acompanha a outra, só que através do gráfico da figura 3 observa-se que a taxa de mortalidade está se reduzindo em uma proporção um pouco superior



a de natalidade, ou seja ao passar dos anos se esse processo continuar pode ser que estas taxas se aproximem cada vez mais.

FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE E NATALIDADE NO BRASIL



Fonte: IBGE, 2004

Atualmente, a conscientização das pessoas e, sobretudo com o novo papel da mulher na sociedade, cada vez mais os casais optam por terem menos filhos, ao contrário de algumas décadas atrás, onde ter um número maior de filhos representava um ganho (mais força de trabalho). Atualmente a concepção Malthusiana, de que a população opta por viver em uma situação onde ocorre o aumento da família em época de prosperidade, está completamente fora de contexto.

### 3.3 A PREOCUPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO COM A TERCEIRA IDADE

A questão da saúde e das condições de vida dos idosos está pouco a pouco ganhando mais importância tanto para o cenário político quanto na sociedade como um todo, pois é necessária certa reestruturação para atender as novas demandas. Para CAMARANO (2002, p.17), essa reestruturação deve ocorrer também porque:

“... Existem doenças crônicas que, antes de representar um risco de vida, constituem uma ameaça à autonomia e independência do indivíduo. Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1984 estimam que numa corte na qual 75% dos indivíduos sobrevivem aos 70 anos, cerca de 1/3 deles serão portadores de doenças crônicas e pelo menos 20% terão algum grau de incapacidade associada. Essa constatação leva à preocupação imediata com o aumento da demanda por serviços de saúde e os custos que isto acarreta. Espera-se que o aumento na duração da vida seja acompanhado por uma compressão da

morbidade em todas as faixas etárias, o que se traduziria em uma vida mais longa e de melhor qualidade para um maior número de idosos”.

Diante do quadro populacional brasileiro, espera-se que o setor público adequue o mais rápido possível seu sistema a nova realidade. O Estatuto do Idoso, que entrou em vigor a partir de 2003, pode ser considerado como um grande avanço no que diz respeito ao idoso. O Estatuto serviu para incluir novamente as pessoas com mais de 60 anos na sociedade e por em evidência problemas que até então não eram tão priorizados.

### 3.4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA POR REGIÕES BRASILEIRAS

A quantidade de pessoas idosas não está distribuída uniformemente pelas regiões brasileiras, a diferença entre habitantes dessa faixa etária varia muito de região para região. Isso pode não ser fruto apenas da concentração da população em geral que tende a envelhecer, mas também pode ser conseqüência de melhores condições de vida para os idosos, maior atenção por parte de políticas públicas, entre outros fatores. Essa questão pode nos levar a considerar que algumas regiões estejam melhores preparadas para atender a essa faixa etária, isso pode ter conseqüências no que diz respeito as variações das contribuições e dos benefícios conforme a região.

A tabela 5 a seguir, mostra a distribuição da população idosa pelo Brasil e também suas projeções até 2050, dando uma idéia se seu crescimento por região e a necessidade individual de cada uma dessas regiões.

Nota-se através da tabela 4 que desde a década de 50 a quantidade de idosos vem crescendo de forma rápida, no entanto essa situação de transformação etária tende a se reforçar nos próximos 40 anos.

TABELA 5 – NÚMERO ÍNDICE DE BASE FIXA DOS ÍNDICES DE IDOSOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS – 1950-2050 (NORTE, 1950 = 100)

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro - Oeste
1950	100,0	125,5	131,9	119,1	83,0
1960	100,0	140,4	151,1	121,3	83,0
1970	104,3	148,9	189,4	144,7	91,5
1980	127,7	212,8	261,7	225,5	138,3
1991	151,1	272,3	351,1	331,9	197,9
2000	195,7	248,9	510,6	512,8	293,6
2010	300,0	346,8	693,6	751,1	455,3
2020	487,2	514,9	1031,9	1144,7	721,3
2030	851,1	878,7	1557,4	1800,0	1193,6
2040	1270,2	1321,3	1900,0	2276,6	1625,5
2050	1802,1	1863,8	2353,2	2751,1	2093,6

Fonte: Moreira, 1997.

Nota: extraído do texto "Envelhecimento da população brasileira: Aspectos gerais", Moreira, 2002.

#### 4 PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OS IDOSOS

A população com mais de 60 anos acaba por se tornar muito dependente dos benefícios da previdência social. Segundo o censo de 2000 do IBGE, 62,4% dos idosos brasileiros são responsáveis por seus domicílios, muitos deles além de responsáveis por filhos e enteados ainda assumem a responsabilidade por netos. Os rendimentos médios dos mesmos variam também de acordo com a região na qual estão inseridos, onde o Nordeste tem o menor rendimento médio e o Sudeste o maior.

Deve-se levar em consideração que além da aposentadoria por idade o INSS atende os segurados com os seguintes benefícios: Aposentadoria por tempo de contribuição; Aposentadoria Especial; Aposentadoria por Invalidez; Auxílio-doença; Salário-família; Salário-maternidade; Pensão por morte; Auxílio-reclusão; Auxílio-acidente; Reabilitação Profissional e; Abono Anual

Conforme o exposto por NOVO (2005), os gastos médios com aposentados no Brasil chegam a R\$ 7.930 por ano, ele defende o fato de que este gasto não é devido a maior parte dos aposentados, mas são puxados principalmente pela parte que cabe aos servidores públicos inativos.

Segundo o que fica evidenciado por CAMARANO (2002), em 1997 a aposentadoria compunha 46% da renda dos homens com idade entre 60 e 64 anos e 82% dos com mais de 80 anos. No caso das mulheres somando aposentadorias e pensões, 89% da renda das mulheres com idade entre 60 e 65 anos e 98% da renda das com mais de 80 anos. Isso denota quão importante são as aposentadorias e pensões para os idosos no Brasil, que constituem sua principal ou até mesmo única fonte de renda dos mesmos.

A tabela a seguir retirada do Informe da Previdência Social (2006) mostra a quantidade de pessoas dependentes de benefícios da previdência no ano de 2004. Segundo este relatório, nos últimos anos, a cobertura de proteção social do sistema previdenciário teve uma ligeira retração para os idosos, mas houve um considerável aumento se comparada a início da década de 1990, isso devido, sobretudo ao aumento de proteção aos idosos do sexo feminino.

Tabela 6 – PROTEÇÃO SOCIAL ENTRE OS IDOSOS COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE - 2004

categorias	Homens	Mulheres	Total
Aposentados	5.916.938	4.275.826	10.192.764
Pensionistas	69.029	2.122.521	2.191.550
Aposentados e pensionistas	110.935	1.011.392	1.122.327
Contribuintes não beneficiários	509.662	166.199	675.861
Total protegidos (a)	6.606.564	7.575.938	14.182.502
Residentes (b)	7.660.557	9.812.291	17.472.848
Cobertura – em %	86,2%	77,2%	81,2%

Fonte: PNAD/IBGE-2004

Nota: Elaborado por Secretaria da Previdência Social/Ministério da Previdência Social

A tabela 7 mostra gastos com assistência à saúde do idoso. Permite avaliar, ao menos de forma parcial, gastos com assistência aos idosos e como estes gastos são distribuídos nas diversas regiões do país. Com uma população de idosos de aproximadamente 807.005, em 2003, a região Centro-Oeste é a que possui o maior gasto per capita, enquanto a menor cabe a região nordeste.

TABELA 7 – GASTOS EM CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO IDOSO, BRASIL, 2003.

Região administrativa	Valor total	População	Per capita
Região Norte	R\$ 312.038.789,10	750.282	R\$ 415,00
Região Nordeste	R\$ 1.402.316.030,92	4.139.586	R\$ 338,00
Região Sudeste	R\$ 2.618.979.729,00	6.977.851	R\$ 375,00
Região Centro-Oeste	R\$ 427.356.799,10	807.005	R\$ 529,00
Região Sul	R\$ 1.101.524.121,00	2.375.768	R\$ 463,00
Total	R\$ 5.862.215.469,00	15.050.492	R\$ 389,00

Faixa Etária: 60 a 69 anos, 70 a 79 anos, 80 anos e mais.

Fonte: Ministério da Saúde – Datasus – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Nota: Tabela extraída do artigo “Política, estado e sociedade: o estatuto do idoso e a atenção à saúde”.

Ao contrário do que muitas vezes se imagina, a população idosa da região nordeste também é significativa. No entanto, estrutura de vida na região faz com que os gastos com saúde sejam inferiores a regiões como a Região Sul, que possui um pouco menos que a metade da população idosa que o nordeste possui e, no entanto gastos parecidos.

## 4.1 A DEPENDÊNCIA DAS PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Embora, venha se observando à inserção de alguns idosos novamente no mercado de trabalho, as oportunidades para estes ainda são bastante restritas. Logo o que se constata é que suas principais fontes de rendas advêm de pensões e aposentadorias provenientes da Previdência Social.

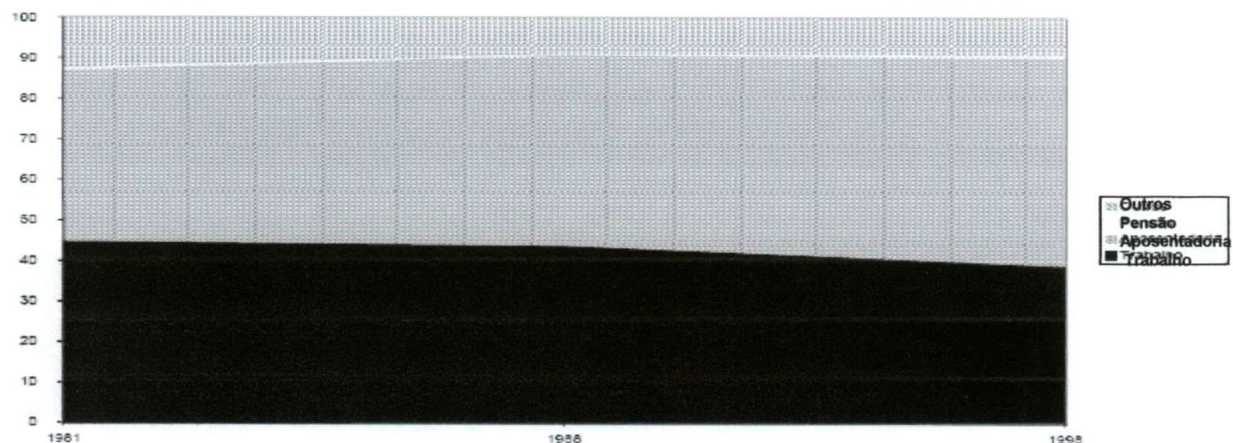
### 4.1.1 Principais Fontes de Renda dos Idosos

A importância da aposentadoria é cada vez mais relevante para os rendimentos da população com mais de 60 anos. Estes benefícios recebidos não são apenas de fundos da Previdência Social, mas também do Sistema de Previdência Privada, contudo, isso já nos dá uma idéia da situação.

SILVA (2005, p. 05) afirma que “O prolongamento da vida é mais elevado nas camadas sociais privilegiadas, chegando com uma esperança de vida de 70 a 80 anos em média, enquanto a mesma se mantém em patamares críticos de 40 a 50 anos nas camadas e regiões de baixa renda”. O texto revela um dos grandes problemas brasileiros, a desigualdade social, que beneficia a poucos. Vale ressaltar ainda que, a população com maiores poderes aquisitivos, geralmente têm uma tendência a receber pensões e aposentadorias mais elevadas.

A figura 4 mostra a composição da renda dos homens idosos de 1981, 1988 e 1998, onde se pode observar que a participação na renda advindas dos rendimentos por trabalho têm tido uma queda quase que constante, assim como os rendimentos proporcionados por outras fontes incluindo as pensões, enquanto isso a participação das aposentadorias têm aumentado.

FIGURA 4 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DOS HOMENS IDOSOS (%)

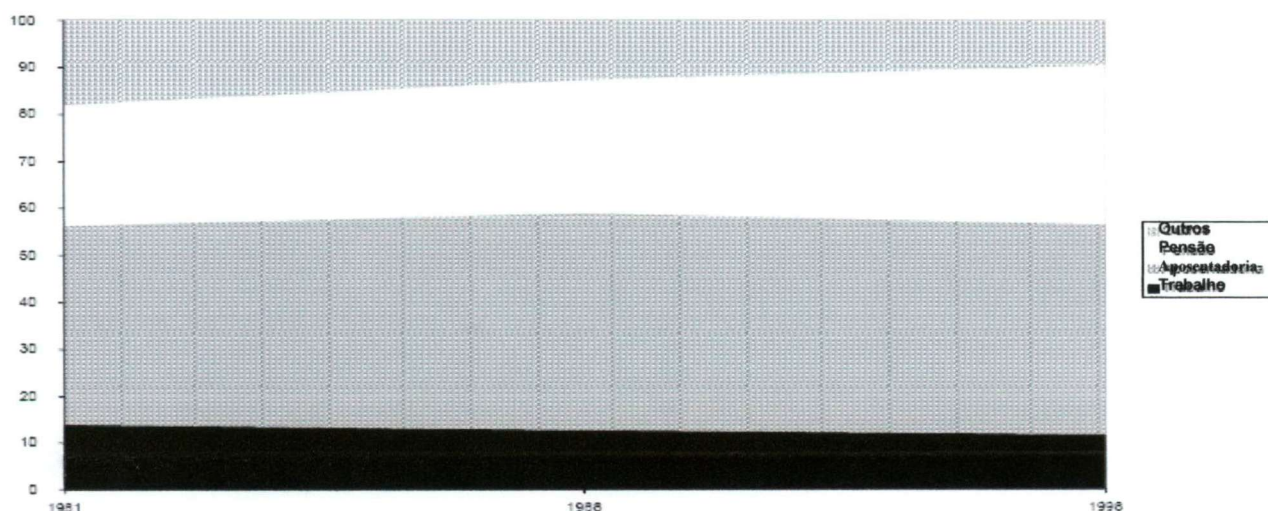


Fonte: IBGE, PNADs

Nota: Figura extraída do texto de discussão nº 858 do IPEA: "Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição Demográfica"

A figura 5 mostra a composição da renda das mulheres idosas, podemos ver através do gráfico na figura que as mulheres são muito mais dependentes dos benefícios de aposentadorias e pensões do que os homens, mas o peso das pensões para estas é muito maior do que para os homens. Normalmente as mulheres, ao se aposentarem, não se inserem menos que os homens no mercado de trabalho, mas há uma perspectiva de mudança, como se verá logo adiante.

FIGURA 5 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DAS MULHERES IDOSAS (%)



Fonte: IBGE, PNADs

Nota: Figura extraída do texto de discussão nº 858 do IPEA: "Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição Demográfica"

#### 4.1.2 A Volta da População com mais de 60 anos ao Mercado de Trabalho

Segundo CAMARANO (2001, p.07), nas últimas três décadas, a quantidade de idosos aposentados que voltaram ao mercado de trabalho vêm crescendo consideravelmente. Ainda segundo CAMARANO (2001), o percentual de mulheres aposentadas no mercado de trabalho, embora menos significativo que a parcela masculina, teve um aumento muito maior que esta. Essa parcela da população economicamente ativa (PEA) atua principalmente em atividades do meio rural e outras atividades urbanas de forma informal.

Na vida prática pode-se observar que é cada vez mais freqüente a presença de idosos de volta ao mercado de trabalho, exercendo atividades que não lhes causam danos a saúde e estes podem exercê-las sem problemas, devido as limitações da idade mais avançada.

A inserção das pessoas com mais de 60 anos no mercado de trabalho é uma questão importante no Brasil, CAMARANO (2001, p.2, p.3):

“... A proporção de homens idosos aposentados passou de 51,2% em 1978 para 77,6% em 1998 e a correspondente para mulheres variou de 31,3% a 53,1%. Quer dizer, as taxas de atividade da população idosa brasileira parecem muito pouco sensíveis à aposentadoria ao contrário do ocorre em quase todo o mundo. Em geral, a aposentadoria significa retiro profissional, e é muitas vezes utilizada como instrumento de regulação do mercado de trabalho. A volta do aposentado ao mercado de trabalho é uma característica muito particular da sociedade brasileira. Mais importante do que um aumento no nível de atividade econômica, tem se verificado um aumento na participação da PEA idosa no total da PEA brasileira. Em 1977, 4,5% da PEA brasileira eram compostos por idosos. Essa proporção dobrou no período analisado, tendo atingido 9% em 1998. Se for considerado apenas o efeito das tendências demográficas, ou seja, do envelhecimento populacional, pode-se esperar um crescimento intenso desse contingente, o que pode vir a representar 13% da PEA brasileira no ano 2020”.

Esta situação mostra que embora aposentados, muitos idosos ainda possuem suas capacidades produtivas, independentemente se eles permanecem no mercado de trabalho por necessidade ou por opção.

#### 4.2 EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EFETUADOS AS PESSOAS IDOSAS



Aqui observar-se-á a distribuição das despesas da previdência, uma vez que para a presente monografia o fator mais relevante é a parcela gasta com pessoas com mais de 60 anos. Como sabemos os benefícios cedidos pelo INSS, por exemplo, são subdivididos em várias despesas que neste trabalho não são de importância primária.

#### 4.2.1 Pagamentos totais aproximados da Previdência

Na tabela a seguir tem-se por objetivo demonstrar a evolução das relações contribuinte/beneficiários. A análise da mesma permite constatar que cada vez mais no decorrer dos anos, a tendência dessa relação é diminuir cada vez mais uma proporção de contribuições menores para uma maior quantidade de benefícios.

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CONTRIBUINTE/BENEFICIÁRIO

ANO	CONTRIBUINTE/BENEFICIÁRIO
1950	8
1970	4,2
1990	2,5
1997	1,7

Fonte: PNAD-IBGE; INPS/INSS

A tabela acima demonstra dados apenas de 1950 a 1990, no entanto, através do que já foi exposto no decorrer do trabalho, observa-se que, a menos que o sistema previdenciário brasileiro sofra mudanças mais enfáticas, esta tendência vai continuar.

A tabela 9 por sua vez, é baseada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. Esta revela as previsões para 2007 com suas subseqüentes revisões, há uma expectativa de um déficit menor que o previsto no momento de elaboração da LDO.

TABELA 9 - RESULTADOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA 2007

R\$ bilhões	LDO 2007	1ª revisão	2ª revisão
Receita	119,2	121,9	123,3
Benefícios	164,4	165,1	164,4
Déficit	-45,2	-43,2	-41,0

Fonte: Ministério do Planejamento

Nota: Extraído do texto "Perspectivas para a Previdência Social"

Com as arrecadações parciais de 2007, a previsão é que o déficit seja 4,2 bilhões menor que o esperado em um primeiro momento. Resultado esse que também não é tão significativo e não deixa o sistema previdenciário muito melhor do que se encontra.

#### 4.2.2 Gastos da Previdência com Idosos

Cabe a Previdência uma divisão na distribuição de suas contas. As despesas do sistema com idosos é uma parte da mesma e mais uma vez necessário far-se-á lembrar que o relevante no presente trabalho de monografia é esmiuçar da forma mais detalhada possível a quem são dirigidos os gastos do INSS.

As aposentadorias estão divididas em aposentadorias de servidores públicos e aposentados do INSS. Em geral as aposentadorias e também as pensões dos servidores públicos tendem a ser muito mais elevadas que a dos aposentados do INSS, regime no qual se encaixa a grande maioria dos aposentados com mais de 60 anos de idade.

##### 4.2.2.1 Origem dos Déficits

O déficit previdenciário vem de todos os lados da esfera pública, tanto a União, os Estados quanto os municípios são fatores geradores de déficits, mas os maiores problemas estão no INSS e nos servidores. De 1995 para 2005 os resultados negativos das despesas com servidores subiram de 2,8% do PIB para 3,4% com uma média de 3,95% e um pico de 4,1% em 2001.

No caso do INSS, embora o déficit registrado em 2005 tenha sido inferior ao dos servidores (1,9% do PIB), a preocupação é ainda maior, porque até 1995 esse segmento não possuía os sucessivos déficits que passaram a ocorrer. Em 1995, o déficit do INSS era de 0% do PIB e a partir de então apresentou um trajetória ascendente e contínua.

A situação pode ser melhor visualizada a partir da figura 6, onde há a possibilidade de se ver claramente o comportamento das despesas previdenciárias, que apresentou um total negativo equivalente a 5,3% do PIB.

FIGURA 6 - DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (EM % DO PIB)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>INSS</b>	0,0	0,1	0,3	0,7	1,0	0,9	1,1	1,2	1,7	1,8	1,9
Receita	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0	5,1	5,2	5,3	5,2	5,3	5,6
Despesa	5,0	5,3	5,4	5,8	6,0	6,0	6,3	6,5	6,9	7,1	7,5
<b>Servidores</b>	2,8	3,7	3,4	3,7	3,6	3,8	4,1	3,9	3,7	3,4	3,4
Receita	1,0	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,7
Despesa	3,8	4,4	4,1	4,4	4,3	4,4	4,7	4,5	4,2	4,1	4,1
<b>União</b>	2,0	1,9	1,7	1,9	1,9	1,8	2,0	2,0	2,0	1,8	1,8
Receita	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Despesa	2,3	2,2	2,0	2,2	2,2	2,1	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2
<b>Estados</b>	0,7	1,5	1,4	1,5	1,4	1,7	1,8	1,6	1,5	1,4	1,4
Receita	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3
Despesa	1,3	1,9	1,8	1,9	1,8	2,0	2,1	1,9	1,7	1,7	1,7
<b>Municípios</b>	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
Receita	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
<b>Total</b>	2,8	3,8	3,7	4,4	4,6	4,7	5,2	5,1	5,4	5,2	5,3
Receita	6,0	5,9	5,8	5,8	5,7	5,7	5,8	5,9	5,7	6,0	6,3
Despesa	8,8	9,7	9,5	10,2	10,3	10,4	11,0	11,0	11,1	11,2	11,6

Fonte: Banco Central.

Nota: Tabela extraída do texto: Reforma Previdenciária no Brasil: elevado investimento de capital político, escassos resultados e desafios não resolvidos.

## 5 CAPITALIZAÇÃO DE RECURSOS

No sistema de repartição simples que é adotado no Brasil, parece ser muito fácil resolver o problema de déficits. É só aumentar a quantidade de contribuições. Mas, infelizmente não é tão simples assim. A partir de 1995, além de arcar com os gastos previdenciários normais, o INSS começou a fazer repasses muito maiores para outras áreas da seguridade social. Junte-se a esse fator o aumento da população idosa, o aumento do trabalho informal e as ampliações de cobertura previstas pela Constituição de 1988, sem a devida contrapartida nas receitas (Westenberger, Pereira, 1997).

### 5.1 Reformas Previdenciárias mais recentes

A partir de 1998, tentou-se buscar alternativas para conter os déficits que já vinham despontando há três anos. Ocorreram duas reformas importantes, a de 1998 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso de Melo e a de 2004 durante o primeiro governo, do presidente Lula.

A reforma do governo Fernando Henrique começou com a emenda constitucional 20, que determinou a “desconstitucionalização” da forma de reajuste das aposentadorias, este encontrava-se na constituição e o cálculo da aposentadoria era feito pela média dos últimos 36 meses de contribuição e; instituiu a idade mínima para a aposentadoria dos funcionários públicos (GIAMBIAGI; ESTERMÍNIO, 2006).

Ocorreu também no mesmo período a instituição do Fator Previdenciário, segundo o Ministério da Previdência Social (2004, p.9), “Nas aposentadorias por tempo de serviço e por idade, o salário-de-benefício equivale à média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição corrigidos monetariamente, correspondendo a 80% do período contributivo desde julho de 1994 multiplicado pelo fator previdenciário”.

A segunda reforma ocorreu em 2004 com o governo Lula e serviu para complementar a primeira reforma. Teve como êxito entre outros, taxar os rendimentos dos inativos em 11% do valor excedente ao teto do INSS, antecipar a proposta de idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres e

aplicar um redutor de 5% por ano para aqueles que quiserem se aposentar a uma idade que respeite a idade mínima anteriormente prevista, que era de 48 anos para as mulheres e 53 para os homens. (GIAMBIAGI; MENDONÇA, 2004).

### 5.1.1 O Fator Previdenciário

Criado na reforma de 1998, o fator previdenciário é uma equação que considera o tempo de contribuição, a alíquota e a expectativa de sobrevivência do segurado no momento da aposentadoria.

Segundo o MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1999, p.1), “Com o novo método cada segurado receberá um benefício calculado de acordo com a estimativa do montante de contribuições realizadas, capitalizadas conforme taxa pré-determinada que varia em razão do tempo de contribuição e da idade do segurado, e a expectativa de duração do benefício”. Com o Fator Previdenciário observa-se que se começou a levar em consideração o fator aumento de expectativa de vida da população brasileira, o tempo médio esperado de recebimento dos benefícios entrou no cálculo par recebimento das aposentadorias.

Segundo o MPAS (1999, p. 4), o cálculo se caracteriza pela seguinte fórmula:

$$S_b = M \times f$$

Onde:

$S_b$  = salário de benefício.

$M$  = média dos 80% maiores salários-de-contribuição do segurado, apurados entre julho de 1994 e o momento da aposentadoria, corrigidos monetariamente.

$$f = \frac{T_c \times a}{E_s} \times \left( 1 + \frac{I_d \cdot T_c \times a}{100} \right)$$

Onde:

$f$  = fator previdenciário;

$T_c$  = tempo de contribuição de cada segurado;

$a$  = alíquota de contribuição do segurado = 0,31;

$E_s$  = expectativa de sobrevivência do segurado na data da aposentadoria, fornecida

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando-se a média única nacional para ambos os sexos;

Id = idade do segurado na data da aposentadoria;

O cálculo que inclui o fator leva em consideração todo o período contributivo do trabalhador buscando a equalização entre o número de meses pagos e o número de meses recebidos para cada salário médio contribuído. Assim sendo, quanto mais tempo e quanto mais velho o trabalhador resolver se aposentar, maior será a sua aposentadoria.

## 5.2 OUTROS MODELOS PREVIDENCIÁRIOS

Dada a situação em que se apresenta o sistema previdenciário brasileiro, buscar uma nova forma de manter o sistema é algo extremamente necessário. Segundo o MPAS (1999), até agora as reformas ocorridas, inclusive a aplicação do fator previdenciário, foram os meios mais viáveis para melhorar o sistema.

Além do sistema de contribuição previdenciária de repartição simples existe um outro muito usado em outros países, o sistema de capitalização (modelo de contribuição definida), conforme define MAGALHÃES (2000, p. 10), o sistema de contribuição no modelo de capitalização é:

Sistema onde o segurado irá receber seu benefício condicionado às contribuições próprias, à rentabilidade das aplicações e ao tempo de contribuição e recebimento do benefício. Esse sistema torna o valor presente das contribuições iguais ao valor presente das aposentadorias que o indivíduo irá receber. É um sistema justo já que cada um receberá o que contribuiu. O governo participa apenas para garantir um patamar mínimo aos mais pobres que não conseguem acumular o suficiente para sua subsistência.

Neste sistema previdenciário o governo deixaria de ser o agente direto para adotar um papel de apenas regulador, com a finalidade de manter a ordem e o bom funcionamento do sistema .

Segundo o MPAS (1999), o regime da capitalização, adotado por alguns países da América Latina, como a Argentina de forma parcial, ou integral como o caso do Chile, não é viável para o país, uma vez que o custo de transição seria extremamente elevado e também se depara com uma série de restrições fiscais. Estudos revelam que o custo de transição e manutenção estaria entre 188% a 250%

do PIB, sendo assim, é completamente inviável a transição, podendo ocorrer a “falência” do sistema durante o processo.

### 5.3 FORMAS DE INCENTIVOS A CONTRIBUIÇÃO

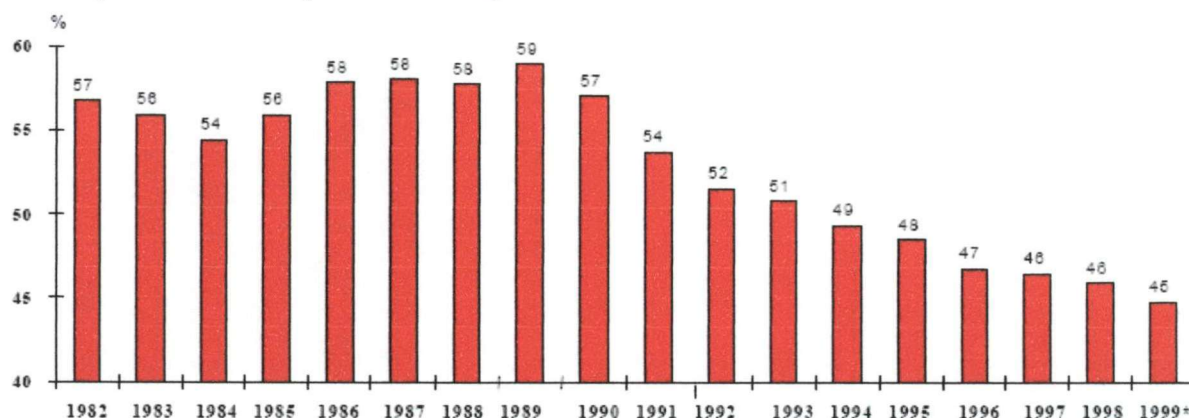
Um das soluções, ao menos no curto prazo, para se amenizar os sucessivos déficits é se conseguir angariar recursos dentro do sistema atual sem a necessidade imediata de uma reforma.

#### 5.3.1 Mercado de Trabalho

Um dos grandes problemas da arrecadação de recursos da Previdência Social está localizado no mercado de trabalho. A cada ano aumenta o problema da informalização e do subemprego no país, alguns se declaram como “trabalhadores por conta própria”. Normalmente trabalhadores que atuam nesses setores da sociedade, embora devam contribuir com o sistema de previdência, geralmente não o fazem, principalmente pelo fato de possuírem rendimento muito pequeno que não é suficiente para tal contribuição.

Na figura 7 encontra-se um gráfico com o comportamento do mercado de trabalho com carteira assinada de 1982 a 1999, onde é notável a diminuição desta classe. Segundo MAGALHÃES (2000, p. 21), “Esta tendência, irreversível no curto prazo, ressalta a necessidade de se criar mecanismos que estimulem os trabalhadores sem carteira assinada a se filiarem como contribuintes da Previdência, tornando possível um aumento de arrecadação, além de fornecer cobertura a pessoas que não possuem nenhum tipo de garantia social”.

FIGURA 7 - PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA NA POPULAÇÃO OCUPADA (MÉDIA ANUAL)

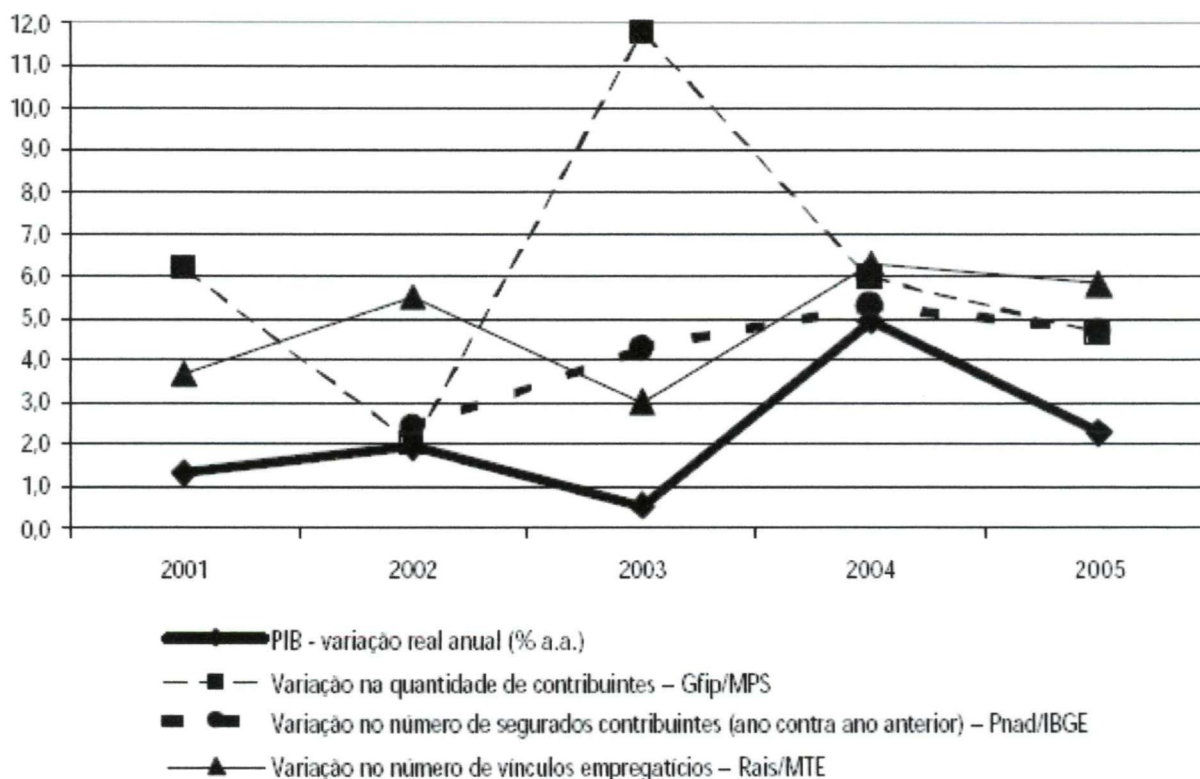


Fonte: Ornélas e Vieira (1999: 7)

Nota: Extraído Magalhães (2000)

A figura 8 por sua vez dá uma visão a partir do ano 2000, das variações de proporções de trabalhadores com emprego formal (carteira assinada) com relação ao total da população economicamente ativa.

FIGURA 8 - CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL E DO PIB (1999-2005)



Fonte: Censos Industriais do IBGE (1950, 1960 e 1970); a partir de 1980, Índice de Emprego industrial da Fiesp.

Nota: Figura extraída do site do IPEA



### 5.3.2 Direcionamento dos Recursos Previdenciários

Conforme já analisado em seções anteriores, além dos benefícios de aposentadorias e pensões pagos pela previdência, ainda são concedidos um série de outros benefícios através do INSS. Estes benefícios, em sua grande maioria não possuem contrapartidas (não há ninguém contribuindo para esse fim). O que acontece é que desde 1994 intensificou-se no país este tipo de assistência. No governo Lula esses programas foram ainda mais intensificados e aperfeiçoados programas assistenciais, tais como o programa Fome Zero, a Bolsa Escola e o Bolsa Família.

Estas concessões são retiradas do sistema previdenciário para “ajudar” a parte mais carente da população. No entanto elas sequer são ressarcidas pelo governo. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), pode desestimular o trabalhador a atuar no mercado formal e contribuir para o INSS, uma vez que garante uma renda igual a 1 salário mínimo ao beneficiados, incentivando o trabalho informal, aproximadamente 2.850 mil pessoas receberam benefícios assistenciais em 2006 (GIAMBIAGI e ESTERMÍNIO, 2006). Neste caso o trabalhador poderia conseguir o benefício e paralelamente ter uma outra atividade informal, sem a necessidade de contribuição.

### 5.3.3 Fatores Estruturais e Legais

Existem ainda outros fatores que influenciam fortemente os déficits previdenciários, são fatos que estão em nossa constituição e, portanto, a menos que ocorram alterações, são direitos legais adquiridos pelos indivíduos.

Questões como idade mínima para aposentadoria, equiparação da idade entre homens e mulheres para se aposentarem e os regimes especiais, são de importância singular para se tentar restabelecer a eficiência da Previdência Social no Brasil (GIAMBIAGI e ESTERMÍNIO, 2006).

Em muitos países, não existem as diferenças de idade para aposentadoria entre homens e mulheres, a partir de dados apresentados na seção 3, pode-se verificar que segundo pesquisas, as mulheres, embora se aposentem mais cedo,

possuem uma expectativa de vida superior a masculina. Sendo assim, há uma tendência que, naturalmente estas já recebam seus benefícios por um período de tempo maior. Além disso, dados apresentados na mesma seção revelam que muitos homens e mulheres, após começarem a receber seus benefícios continuam trabalhando, ou seja, se aposentam muito antes de perderem suas capacidades produtivas.

Na questão dos regimes especiais, o que se sabe é que uma grande parte dos beneficiados recebe valores muito maiores que os recebidos pela maioria da população dependente. Normalmente esses regimes levam a aposentadorias precoces e elevadas.

## 6 CONCLUSÃO

É sem sombra de dúvida verdadeira a posição de que o Brasil é um país que está passando por um processo de envelhecimento de sua população e se transformando em um país com uma elevada quantidade de pessoas com mais de 60 anos. Essa é uma tendência quase que em todo o mundo. Alguns países, sobretudo os considerados mais avançados, já estão num estágio muito mais adiantado. Pode-se até dizer que este processo de envelhecimento tende a ocorrer praticamente em todos os países que passam por transformações econômicas e mudanças de um estágio para outro.

No Brasil não é diferente, a sociedade como um todo vem se transformando. Na área da saúde novas tecnologias e medicamentos permitem a cura de várias doenças e o diagnóstico mais precoce. Na parte comportamental, cada vez mais, as pessoas vêm tomando consciência de que precisam cuidar melhor da saúde física e mental. Algumas medidas preventivas tanto governamentais como da própria sociedade tem reduzido em muito a taxa de mortalidade infantil. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, faz com que esta tenha tendência de ter filhos quando mais velhas e tenham menos filhos.

Tudo isso exposto até aqui, demonstra que a população brasileira, por diversos fatores, está se transformando e que tanto a sociedade quanto os poderes públicos precisam se concentrar em adequar o país para um outro tipo de faixa etária, para uma população com demandas diferentes das que existia a 20 anos.

Também é fato que o sistema de Previdência brasileiro está passando por momentos delicados. Há uma forte tendência a balanços cada vez mais negativos e conforme ocorre o aumento da população em idade de aposentadoria maior o chamado “rombo previdenciário”.

Fator importante a ser lembrado é que, embora a população idosa brasileira tenha aumentado consideravelmente nos últimos anos e provavelmente ainda vá aumentar muito mais, ao se aposentar, esta entra na chamada parcela de beneficiários do INSS. Conforme dados apresentados anteriormente o que pode-se observar a partir dos mesmos é que a grande maioria da população brasileira com mais de 60 anos tende a receber valores mínimos de aposentadorias e pensões. Em termos de quantidade de benefícios essa parcela da população pode ser

considerada a grande vilã dos déficits da previdência, mas ao se avaliar em termos de valores vê-se que embora seja uma grande quantidade de pessoas, estas em sua maioria recebem valores pequenos se comparados aos demais beneficiários. Ou seja, os pagamentos do INSS aos aposentados por idade e até mesmo as assistências prestadas a mesma faixa etária não representam a maior parcela dos gastos previdenciários. No caso das aposentadorias, em termos de valores, conforme pode-se ver no anexo 2, p. 44, a por idade fica entre a aposentadoria por invalidez e com um valor muito inferior as aposentadorias por tempo de contribuição. O mesmo é válido para as assistências, as prestadas a portadores de deficiências são, em termos de valores muito maiores que as prestadas aos idosos.

O mercado de trabalho, às vezes, também se constitui em um grande vilão para o sistema Previdenciário. Seu comportamento pode ditar uma menor ou maior adesão da população a Previdência ou até mesmo incentivar a saída de algumas pessoas do sistema.

O direcionamento de recursos para outras áreas é um fator relevante ao analisa-se déficits, como esses benefícios não possuem contrapartida eles só somam negativamente.

Uma reforma previdenciária mais eficiente que as anteriores, demonstra-se necessária, o mais rápido possível. Embora a população idosa ainda não seja em termos de valor o maior de todos os problemas na geração de déficits, a tendência é que (*ceteris paribus*), ou seja, se o sistema de Previdência Social do país continuar com o mesmo modelo e as mesmas regras, muito em breve o aumento da população com mais de 60 anos vai se tornar um problema que pode desestruturar por completo o sistema. Isso foi observado claramente nas seções 2 e 3 desta monografia, ao observar o crescimento contínuo da população idosa e os resultados negativos ascendentes que o INSS passou a registrar a partir de 1994.

Algumas medidas como o fator previdenciário, por exemplo, que passasse a considerar a questão expectativa de vida, já aliviaria um pouco as previsões mais negativas. No entanto não são suficientes. É preciso lembrar constantemente que com a diminuição da taxa de fecundidade aliada a envelhecimento, cada vez menos pessoas ingressaram no mercado de trabalho e conseqüentemente existirão menos contribuintes para uma demanda crescente. Cedo ou tarde, isto tornará o sistema previdenciário vigente (repartição simples), completamente inviável.

É necessário se tomar medidas com relação a desigualdade existente entre os benefícios. Enquanto uma quantidade relativamente pequena obtém benefícios com tetos elevados, a grande maioria recebe valores mínimos. A fixação de tetos mais baixos para os regimes especiais, ao menos aos futuros entrantes, pode amenizar os déficits previdenciários.

Por fim, levando-se em consideração os dados apresentados, pode ser bem mais eficiente a adoção de políticas públicas de incentivo a permanência dos trabalhadores com suas capacidades produtivas no mercado de trabalho por mais tempo. Para isso regras mais rígidas com relação ao tempo de contribuição e para o recebimento de benefícios assistenciais devem ser tomadas.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, L. E. FERNANDES, R. **Uma Estrutura dos Aspectos Distributivos da Previdência Social no Brasil**, Revista Brasileira de Economia, v.59, n.3, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&...](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&...)>. Acessado em: fev/2007

ALBUQUERQUE, R.C.; KNOOP, J.; VELLOSO, J. P. R. **Políticas Sociais no Brasil**, Rio de Janeiro: ILDES, 1995.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, **O Livro Negro da Previdência**, Brasília, 2006.

BÊRNI, D. A. **Técnica de Pesquisa em Economia: Transformando a Curiosidade em Conhecimento**, editora Saraiva, São Paulo, 2002.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da População no Brasil: Uma Contribuição Demográfica**. Texto para Discussão nº 858 Rio de Janeiro, IPEA: 2002. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0858.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf)>. Acessado em: fev/2007.

CAMARANO, A. A. **O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho**. Nota Técnica, Rio de Janeiro, IPEA: 2001. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0858.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf)>. Acessado em: abr/2007.

DELGADO, G. **Diagnóstico do Mercado de Trabalho para a Previdência Social 1980-2006**. Nota técnica, Brasília, IPEA: 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../NT\\_DiagnosticodoMercadodeTrabalho.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../NT_DiagnosticodoMercadodeTrabalho.pdf)> Acessado em: mai/2007.

FACCHINI, O. **Fundamentos de Metodologia**, 3ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2001.

FRANÇA, J. L. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**, 4ª edição, Editora UFMG, Belo Horizonte, 1999.

GIAMBIAGI, F.; ESTERMÍNIO, I. **Reforma da Previdência no Brasil: Elevado Investimento de Capital Político, Escassos Resultados e Desafios não Resolvidos**, Revista de Economia, V.32, n.1(ano 30), p. 135-156. Jan/jun 2006, UFPR. Disponível em: <[www.economia.ufpr.br/publica/textos/2006/Fabio\\_Giambiagei\\_Isabela.doc](http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2006/Fabio_Giambiagei_Isabela.doc)>. Acessado em: mar/2007.

GIAMBIAGI, F. CASTRO, L.B. **Previdência Social: Diagnóstico e Propostas de Reforma**, Revista do BNDES, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1908.pdf>. Acessado em: fev/2007.

GIAMBIAGI, F, MENDONÇA, J. L., BELTRÃO, K. I., ARDEO, V. L. **“Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?”**. Texto para Discussão nº 1.050. Rio de Janeiro, IPEA: 2004.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONEDO JR. R. **Economia Brasileira e Contemporânea**, São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> abr/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm)>. Acessado em: jun/2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, **Políticas Sociais: Acompanhamento de Análise**, Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, **Políticas Sociais: Acompanhamento de Análise, Anexo Estatístico**, Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, **Políticas Sociais 1: Acompanhamento de Análise**, Brasília: IPEA, 2000.

LEITE, C. B. **A Proteção Social no Brasil**, São Paulo: LTR, 1986.

MAGALHÃES, A. **Simulações da Previdência Social Brasileira: o estudo de caso do RJU**, 2000. Disponível em: <[stn.fazenda.gov.br/premio\\_TNA/IPremio/.../3tefp\\_VIPTN/MAGALHAES.pdf](http://stn.fazenda.gov.br/premio_TNA/IPremio/.../3tefp_VIPTN/MAGALHAES.pdf)>. Acessado em: abr/2007.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Evolução Recente da Proteção Social e seus Impactos sobre o Nível de Pobreza**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.mpas.gov.br/docs/pdf/informe\\_2006-03.pdf](http://www.mpas.gov.br/docs/pdf/informe_2006-03.pdf)> Acessado em: jun/2007.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Informe de Previdência Social: A Nova Regra de Cálculo dos Benefícios: o Fator Previdenciário**. Vol.11, Nº 11. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/reforma/arquivos/PEC.pdf>>. Acessado em: set/2007

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **“Perspectiva para a Previdência Social”** Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/sof/orcamento\\_2007/anexos/Anexo\\_IV.5.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/sof/orcamento_2007/anexos/Anexo_IV.5.pdf). Acessado em: set/2007

MOREIRA, M. M. **Envelhecimento da População Brasileira: Aspectos Gerais**, 2002. Disponível em: < [www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-5.doc](http://www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-5.doc) >. Acessado em: mar/2007.

NOVO, A. **O Peso das Aposentadorias**, 2005.

Disponível em: <[www.anasps.org.br/index.asp?categoria=29](http://www.anasps.org.br/index.asp?categoria=29) >. Acessado em: mar/2007.



OLIVEIRA, F.E.B. **Previdência e Assistência Social**, , Rio de Janeiro, Scalta, 1986.

SILVA, M. C. **O Processo de Envelhecimento no Brasil**, v.8, n.1, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php>>. Acessado em: abr/2007.

SOUZA, F. **Escrevendo e Normalizando Trabalhos Acadêmicos**, Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

STEPHANES, R. **Reforma da Previdência Sem Segredos**, Rio de Janeiro: Record, 1998.

STEPHANES, R. **Previdência Social: Uma Solução Gerencial e Estrutural**, Porto Alegre: Síntese, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para a apresentação de documentos científicos: teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba, Sistema de Bibliotecas, UFPR 2000.

## ANEXOS

ESTOQUE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS)  
POR ESPÉCIE – 1995/2000

	JAN./95	DEZ./95	DEZ./96	DEZ./97	DEZ./98	DEZ./99	SET./00
<b>TOTAL</b>	<b>15 266 270</b>	<b>15 724 774</b>	<b>16 518 406</b>	<b>17 473 840</b>	<b>18 182 764</b>	<b>18 834 587</b>	<b>19 391 091</b>
TOTAL SEM SALÁRIO-MAT.	15 257 736	15 709 879	16 498 192	17 446 746	18 148 589	18 796 411	19 255 991
PREVIDENCIÁRIOS	13 447 846	13 934 776	14 437 968	15 143 502	15 714 300	16 244 486	16 712 336
APOSENTADORIAS	8 822 839	9 136 704	9 469 223	9 995 036	10 445 193	10 860 219	11 090 072
* IDADE	4 731 780	4 786 846	4 843 234	4 952 758	5 147 524	5 373 000	5 525 983
* INVALIDEZ	2 016 362	2 029 989	2 033 998	2 070 256	2 114 690	2 203 741	2 237 317
* TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	2 074 697	2 319 869	2 591 991	2 972 022	3 182 979	3 283 478	3 326 772
PENSÃO POR MORTE	4 049 055	4 235 420	4 394 420	4 585 501	4 714 454	4 872 300	4 988 048
AUXÍLIO-DOENÇA	522 790	520 018	532 516	516 092	506 254	460 388	484 998
SALÁRIO-MATERNIDADE	8 534	14 895	20 214	27 094	34 175	38 176	135 100
OUTROS	44 628	27 739	21 595	19 779	14 224	13 403	14 118
ACIDENTÁRIOS	548 937	572 473	591 436	623 796	641 498	652 631	664 195
APOSENTADORIAS	82 185	85 168	88 748	94 415	98 789	104 432	108 948
PENSÃO POR MORTE	114 794	118 562	121 453	124 397	126 249	127 817	128 531
AUXÍLIO-DOENÇA	56 428	65 101	72 605	79 495	82 688	77 347	77 568
AUXÍLIO-ACIDENTE	188 478	197 503	210 110	225 489	235 570	244 974	251 096
AUXÍLIO-SUPLEMENTAR	107 052	106 139	98 520	100 000	98 202	98 061	98 052
ASSISTENCIAIS	1 269 487	1 217 525	1 489 002	1 706 542	1 826 966	1 937 470	2 014 560
AMPAROS ASSIST. (LOAS)	-	-	346 219	645 894	848 299	1 032 573	1 164 743
* IDOSO	-	-	41 992	88 806	207 031	312 299	380 436
* PORT. DE DEFICIÊNCIA	-	-	304 227	557 088	641 268	720 274	784 307
PENSÕES MENS. VITALÍCIAS	12 573	14 240	16 056	18 031	19 169	19 173	19 184
RENDAS MENS. VITALÍCIAS	1 256 914	1 203 285	1 126 727	1 042 617	959 498	885 724	830 633
* IDADE	532 300	501 944	459 446	416 120	374 301	338 031	311 658
* INVALIDEZ	724 614	701 341	667 281	626 497	585 197	547 693	518 975

Fonte: MPAS/SPS.

ambamento canaúse

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -

) PPA 2000/2003

PROGRAMAS / AÇÕES	ORÇAMENTO 2000					NÍVEL DE EXECUÇÃO 1997/2000
	AUTORIZADO (A)		REALIZADO (B)		%	
	EM R\$ MILHÕES	EM %	EM R\$ MILHÕES	EM R\$ MILHÕES		
ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	2 272 898	54,9	1 520 141	1 520 141	56,1	66,9
*PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ	895 924	21,6	601 968	601 968	22,6	68,3
*PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1 265 136	30,5	870 724	870 724	32,1	68,8
*ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA SAÚDE DO IDOSO	77 407	1,9	36 487	36 487	1,3	47,1
*PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE	1 129 723	27,3	833 844	833 844	30,8	73,8
*PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	542 512	13,1	372 651	372 651	13,7	68,7
ATENÇÃO À CRIANÇA	487 373	11,8	254 112	250 793	9,3	51,5
*CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE	469 725	11,3	396 229	396 229	14,6	84,4
*ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	13 648	0,3	250	250	0,0	1,8
*ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	199 917	4,8	105 045	101 725	3,8	50,9
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	258 500	6,2	145 879	145 879	5,4	56,4
*ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	123 088	3,0	74 255	74 215	2,7	60,3
*CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA CIDADÃ	67 224	1,6	29 842	29 842	1,1	44,4
CESTA DE ALIMENTOS	54 015	1,3	43 030	43 030	1,6	79,7
*AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100 616	2,4	38 316	24 906	0,9	24,8
CENTROS DA JUVENTUDE	95 231	2,3	33 193	20 094	0,7	21,1
*ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	28 314	0,7	6 682	6 682	0,2	23,6
*IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE	18 104	0,4	4 913	4 913	0,2	27,1
TOTAL	10 210	0,2	1 769	1 769	0,1	17,3
<b>TOTAL</b>	<b>4 142 021</b>	<b>100,0</b>	<b>2 727 350</b>	<b>2 710 581</b>	<b>100,0</b>	<b>65,4</b>

Fonte: SIAFI/STN, elaboração DISOC/IPEA.

(A) Autorizado = Dotação Inicial (Lei após Vetos) + Créditos Adicionais e Remanejamentos.

(B) Valores Prgos corresponde ao executado acumulado até 15/09/2000. Valores em R\$ mil correntes.

Nota: Estão explicitadas na tabela apenas as ações mais relevantes em termos de volume de recursos.

